

“ÁTOMOS” EM SALDO
CIÊNCIA PORTUGUESA RECEIA POLÍTICA DE «VISTAS CURTAS»

QUEM PEGA NO REACTOR DE SACAVÉM?

Excluído do INETI, segundo a sua nova orgânica, já com a portaria pronta no Ministério da Indústria, o único reactor nuclear existente em Portugal está ameaçado de encerramento se não houver outra instituição que o tome por conta.

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA PODE FICAR MAIS POBRE

QUEM FICA COM OS “ÁTOMOS” DE SACAVÉM?

REFORMA DO INETI
AMEAÇA ÚNICO REACTOR NUCLEAR

O Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (ICEN) é, desde há muito, o local eleito por todos os que pretendem trabalhos de investigação científica na área nuclear. As razões desse facto são muito simples: é nas suas instalações, em Sacavém, que existe o único reactor nuclear em solo nacional. A alternativa, a encontrar-se, terá, assim, de ser procurada no estrangeiro. No reactor instalado nos arredores de Lisboa, não se produz a energia que os defensores e os detractores da opção atómica associam às centrais nucleares. Ali, desenvolve-se apenas, desde há três décadas, investigação em campos tão distintos como a medicina e a agronomia, passando pelo ambiente e preservação do património cultural. No entanto, todo esse trabalho pode estar hipotecado a prazo. Integrado ainda no Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (o INETI, sucessor do LNETI) o ICEN vai ser desvinculado, em breve, dessa estrutura, desconhecendo-se a tutela para que passará. E, apesar de haver muitos interessados no seu aproveitamento (embora sem dinheiro para o pagar), começa a ganhar peso a hipótese do encerramento, sem que se vislumbrem alternativas para quem ali faz investigação científica. Afinal, andou a modernizar-se o reactor para isto?, pergunta quem lá trabalha.

Neste momento, ainda não se sabe quem vai tomar conta do ICEN. Ou melhor, quem o sabe (se é que sabe mesmo...), não o diz. De concreto, sabe-se apenas que o Instituto vai sair do organograma do INETI após a estruturação em curso, que pretende «libertar» esta instituição do peso da sua antecessora, o LNETI. Essa saída está apenas dependente da publicação de uma portaria do Ministério da Indústria e Energia, que, por sua vez, aguarda a publicação da lei orgânica do Ministério do Ambiente, para onde vão ser transferidos alguns dos serviços instalados em Sacavém. Com a desvinculação certa, aumentam as dúvidas.

Alternativas possíveis e credíveis eram o Instituto Superior Técnico e a Universidade Nova de Lisboa, duas instituições universitárias com larga história nesta área de investigação. O único problema reside no facto de os seus orçamentos não lhes permitirem, no imediato, tomar conta do ICEN. De qualquer modo, essas alternativas obrigariam, necessariamente, a passar o reactor de Sacavém da tutela do Ministério da Indústria e Energia (em que se encontra) para a do Ministério da Educação.

De concreto, sabe-se apenas que o Departamento de Protecção e Segurança Radiológica (DPSR), que também pertence ao «campus» de Sacavém, será integrado no Ministério do Ambiente, o que os técnicos do sector consideram ser «uma amputação» do complexo. Pode ser uma «pista» ou não...

Critérios

No meio de tantas dúvidas, há, no entanto, quem possua algumas certezas. É o caso da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública e a organização dos Trabalhadores Científicos, que acusam o

Governo, através do Ministério da Indústria e Energia, de querer reformar o Instituto com base nos mesmos critérios com que tem encarado a função pública. Ou seja: fecho de serviços e despedimento de pessoal, com vista à redução dos custos.

No ICEN vive-se, assim, um ambiente de instabilidade que, naturalmente, gera o medo e o silêncio. Por isso, ninguém quis prestar declarações antes de o ministro da Indústria e Energia, Mira Amaral, tirar o «coelho» que tem na cartola, apesar de uma delegação do Instituto se ter já deslocado a Belém, dando conta das suas preocupações ao Presidente da República.

Entretanto, pelo que «A Capital» pôde constatar, todos parecem partilhar das palavras do físico Eduardo Martinho, quando este, em artigo recente, afirmou: *«É necessário reformular o ICEN, mas não nestes moldes»*. Sobretudo até porque, há quatro anos, o reactor foi objecto de obras de modernização que orçaram em 340 mil contos, comparticipados em cerca de 110 mil contos pela AIEA (Agência Internacional de Energia Atómica, organismo especializado da ONU). Dinheiro deitado à rua, se o reactor de Sacavém for mesmo encerrado.

Decisões precipitadas

Tentámos que o presidente do INETI adiantasse algo sobre a reforma do mesmo, mas Barata Marques apenas confirmou o silêncio geral. *«Dado que o processo de reestruturação ainda está em curso, não se julga oportuno prestar declarações»*, foi a resposta recebida por «A Capital».

O director do ICEN, Jaime Oliveira, preconizou, por seu turno, *«não o encerramento, mas sim o reenquadramento do Instituto»*. Prudente, não quis confirmar se a legislação já publicada (decreto-lei 240/92, de 29 de Outubro, e decreto-regulamentar 30/92, de 10 de Novembro) significaria o fim do ICEN. Limitou-se, desta forma, a uma pequena frase simples, mas elucidativa: *«Tenho alguns receios de que haja decisões precipitadas»*.

«Referência de qualidade»

Quem não teve quaisquer problemas em falar sobre a possibilidade de extinção do ICEN foi o até há pouco presidente do LNETI, Veiga Simão, que abandonou o Laboratório visivelmente agastado com as opções do Governo para a instituição que dirigia e que passaram, após a sua saída, pela sua extinção e consequente passagem a INETI.

«O Laboratório de Física e Engenharia Nucleares é uma referência de qualidade no sistema científico e tecnológico português», afirmou, acrescentando que *«o prolongamento de uma situação de inacreditável indecisão sobre o seu futuro é um sinal evidente de incapacidade do Estado»*, para concluir: *«Sacavém não pode ser vítima dos que não têm sentido de futuro»*.

Num apelo *«à transparência, ao rigor e ao bom senso»*, já que *«as pessoas não são números e a qualidade não é abundante»*, Veiga Simão considera mesmo que *«a internacionalização dos riscos da energia nuclear obrigam-nos a manter um corpo de técnicos altamente qualificados, capazes de responder a desafios actuais e futuros»*.

«O acompanhamento da evolução das aplicações pacíficas da energia nuclear é imprescindível a um país desenvolvido», sublinha, pondo mais uma vez o acento tónico na utilidade do ICEN como suporte na preparação de pessoal especializado.

«A dança constante de organismos, sem um quadro de modernização do Estado, tem agravado a posição de inferioridade técnica, perante os nossos parceiros comunitários», adianta o antigo ministro (da Educação, de Caetano, e da Indústria, de Soares), denunciando também o facto de *«o contrato-programa prometido pela Estado ao LNETI continuar na gaveta»*, tendo o pólo tecnológico sido *«eliminado sem razões»*.

Reestruturar ou desmantelar?

Os sindicatos, por seu turno, contestam também a constitucionalidade das decisões tomadas, considerando que o Governo se pretende *«auto-demitir de responsabilidades em matéria de investigação científica e tecnológica, matéria que respeita ao “regime e âmbito” da Função Pública e que carece de autorização legislativa da Assembleia da República»*. E, em documento a que tivemos acesso, acrescentam que *«os projectos de diploma governamentais não visam qualquer reestruturação do INETI, mas sim o seu desmantelamento»*.

Entendem ainda que *«não foi respeitado o dever de audição das organizações sindicais representativas dos trabalhadores»* e, em particular, criticam a integração de pessoal no Quadro de Excedentes Interdepartamentais (QEI).

Eduardo Martinho, por seu lado, um dos físicos e investigadores do INETI que mais tem criticado o possível encerramento do reactor de Sacavém, começa a ser visto pelos seus companheiros de ofício como um dos grandes defensores do ICEN. No entanto, informado sobre a recusa do presidente do organismo em prestar declarações respeitantes a esta questão, ele não quis adiantar nada sobre o assunto, na qualidade de técnico do Instituto.

Redução de despesas

A sua opinião, que pelos vistos é partilhada por quase todos em Sacavém, tem de ser, assim, procurada nos diversos artigos que escreveu, a título pessoal, acerca das nuvens negras que pairam sobre o futuro do reactor.

«Há indícios seguros de que o Governo (através do MIE), aproveitando a reestruturação do INETI, se prepara para extinguir (encerrar) o ICEN. Não se contesta a sua legitimidade para tomar este tipo de decisões, embora gravosas para o futuro, por acentuar a rarefacção do trabalho científico em Portugal e empobrecer a capacidade de resposta do País aos desafios do desenvolvimento. É de esperar apenas que o Governo assumam fundamentadamente essa responsabilidade, sem recorrer a argumentos falaciosos. Justificar a decisão de extinguir o ICEN com base no pressuposto de Portugal não enveredar pela opção nuclear, não seria honesto», escreveu no “Expresso”, em Dezembro último.

Sobre a razão desta decisão, temos de ir encontrar a opinião de Eduardo Martinho ao “Público” de 18 de Fevereiro passado: *«A que se afigura mais credível é a vontade do Governo em diminuir o número de funcionários e reduzir as despesas com a administração pública, em nome do controlo da inflação e de outras razões de natureza macro-económica»*.

Mais à frente, adianta: *«Face à debilidade do nosso sistema científico e tecnológico, a preocupação do Governo não deveria ser a de se “libertar” do complexo laboratorial de Sacavém, mas sim a de estimular as suas actividades, reforçando-lhe os meios e a capacidade de intervenção»*.

O ICEN publica 150 trabalhos científicos por ano. Nele trabalham 65 investigadores e 150 funcionários (técnicos, operários e administrativos). É um pólo importante de pós-graduação e de formação de jovens, sendo de realçar as suas boas instalações e infra-estruturas, como é o caso do reactor, de acordo com Eduardo Martinho, que o caracteriza como sendo *«uma infra-estrutura única na Península Ibérica, como fonte de neutrões»*.

O ano passado, o ICEN registou uma despesa de 900 mil contos, face a uma receita de 340 mil contos. Só o reactor comporta um custo anual de 50 mil contos. Desactivá-lo, contudo, para além do empobrecimento tecnológico que representa, não vai ser menos caro. *«A sua desactivação requer cuidados e trabalhos especiais, ao longo de anos. Por outras palavras, é muito dispendioso fechar um reactor nuclear»*, avisou já Eduardo Martinho.

Caixa

DIFICULDADES DE QUEM ENTRA COM O «PÉ ESQUERDO»

A OUTRA FACE DA ENERGIA ATÓMICA

A palavra «nuclear» é normalmente entendida com conotações negativas. Por ter entrado na história da humanidade com o «pé esquerdo» (quem esquecerá as vítimas de Hiroxima e Nagasaki e, mais recentemente, de Chernobyl?) e pelos perigos e vulnerabilidades que lhe são atribuídos. Isto apesar de vivermos num mundo naturalmente radioactivo, porque rodeado de radiações naturais: a atmosfera, a crosta terrestre, as casas onde vivemos, bem como os alimentos e bebidas que ingerimos, emitem radiações. A radioactividade, portanto, existe na Natureza, e só em níveis elevados é nociva — basta pensarmos que ela pode provocar o cancro, mas este também é curável através da radioterapia.

Desde as descobertas de «madame» Curie, passámos a coexistir com as radiações artificiais, criadas pelo Homem, de que são o exemplo porventura mais vulgar os raios-X. De avanço em avanço, chegámos a espectaculares utilizações da energia nuclear: submarinos, navios, quebra-gelos, satélites de comunicações e sondas espaciais alimentadas por baterias nucleares de longa duração e, claro, as tão polémicas centrais nucleares. Mas o nuclear tem outra face, apesar de o público o associar somente a bombas e fugas radioactivas. Benéfica, mas desconhecida. As aplicações pacíficas não energéticas da energia nuclear abrangem um campo vastíssimo, que vai desde a medicina à agronomia, passando pela preservação do ambiente e do património cultural. A conservação de alimentos, a prospecção de recursos naturais, o combate à poluição, a descontaminação de produtos, o controlo e a monitorização de processos industriais

podem ser feitos, com vantagens económicas acrescidas, através do recurso a técnicas e instrumentação nucleares.

E a enumeração podia ser mais extensa: a caracterização química de achados arqueológicos e a datação pelo carbono-14 envolvem a utilização de substâncias radioactivas. O material médico-cirúrgico de uso único (luvas, seringas, cateteres), em Portugal, é esterilizado por raios gama, em Sacavém.

Se pensarmos que as reservas de petróleo, gás natural e carvão poderão não durar mais do que três, cinco e vinte décadas, respectivamente, o nuclear (apesar dos depósitos de urânio seres igualmente finitos) e as energias alternativas constituirão com certeza a energia do futuro.

O «slogan» «Nuclear não, obrigado» ganhou força política e fez estabilizar a tendência de crescimento das centrais nucleares. No entanto, em 50 anos, foram postas a funcionar cerca de 420 centrais em todo o mundo e, verdadeiramente grave, apenas se verificou um caso, a 26 de Abril de 1986, em Chernobyl. Tendo em conta que, só na CEE, um terço da energia eléctrica consumida é produzida em centrais nucleares (e importada por Portugal em anos de seca), que moralidade haverá na recusa de um produto que, de uma forma mais ou menos directa, acabamos por consumir?

A indústria nuclear, tal como a indústria aeronáutica e outras indústrias de ponta, tem vindo a impor-se pelos seus elevados índices de segurança. As instalações nucleares são construídas partindo do princípio de que, a ocorrer algum acidente, ele poderá ser de grande gravidade e, por isso, é necessário neutralizar (tanto quanto a falibilidade humana o permite) essa possibilidade.

Os factores de risco resumem-se, praticamente, aos erros humanos (mau manuseamento, negligência) e a agentes externos (caso de centrais instaladas em zonas sísmicas, por exemplo). Nos países de Leste, segundo Fernando Cardeira, *«por razões de ordem política, a questão da segurança nem sempre foi bem concebida e, aí, pensa-se que ela ainda pode ser melhorada»*.

«Acontece, por vezes, ocorrerem incidentes que chegam à opinião pública e que nem chegam a ser acidentes, apenas pequenas falhas, sem qualquer consequência para o exterior», considera Cardeira, acrescentando que *«esses incidentes são quase sempre empolados e, curiosamente, antes de os técnicos se pronunciarem sobre a sua gravidade, o que só acontece dias ou semanas depois»*.